

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 2.ª SL

Aos 23 dias do mês de setembro de 2020, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Anúncio de projetos de votos que baixaram à Comissão;**
3. **Nomeação de relator para elaboração de parecer sobre a constitucionalidade do Projeto de Resolução n.º 625/XIV/1.ª (CH) - Pela realização de um Referendo para a redução do número de deputados à Assembleia da República, a solicitação do Presidente da Assembleia da República - Despacho n.º 55/XIV;**
4. **Apreciação e votação dos pareceres solicitados pelo Presidente da Assembleia da República sobre a constitucionalidade, nomeadamente quanto ao cumprimento dos requisitos de admissibilidade, das seguintes iniciativas legislativas:**
Projeto de Lei n.º 481/XIV/1.ª (CH) - Estabelece um número máximo de Ministros no Governo da República;
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
Projeto de Lei n.º 482/XIV/1.ª (CH) - Circunscreve o exercício dos cargos de Primeiro-Ministro, Ministros e Secretários de Estado, apenas a indivíduos portadores de nacionalidade portuguesa originária em equiparação ao que acontece para a função presidencial;
Relatora: Deputada Mónica Quintela (PSD)
5. **Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, do texto que autoriza o Governo a aprovar um regime especial aplicável à expropriação e à constituição de servidões administrativas [Proposta de Lei n.º 52/XIV/1.ª GOV];**
6. **Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, dos seguintes Projeto de Voto:**
298/XIV/1.ª (PSD) - Voto de pesar pela morte de Bruno Candé Marques;
300/XIV/1.ª (BE) - Voto de pesar pelo falecimento de Bruno Candé Marques;
301/XIV/1.ª (Ninsc JKM) - Voto de pesar pela morte de Bruno Candé Marques;
7. **Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Ministra da Justiça sobre a recente nomeação para o cargo de Procurador Europeu de Portugal;**
8. **Admissão e distribuição da Petição n.º 120/XIV/1.ª - "Defesa dos direitos das crianças"**
9. **Apreciação e votação do Relatório de Atividade da 1.ª Sessão Legislativa da Comissão;**
10. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 2.ª SL

PROJETO DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
494/XIV/1.ª (Ninsc Cristina Rodrigues)	Altera a Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho e o Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de Abril, procedendo à criação da Equipa Especial de Socorro Animal Obs: Conexão com a 1.ª Comissão. Competente a 7.ª CAM	-----
498/XIV/1.ª (PAN)	Aprova a Carta dos Direitos Digitais e um conjunto de medidas complementares que asseguram o reforço das garantias dos cidadãos no domínio digital Obs: Conexão com a 6.ª Comissão. Competente a 1.ª CACDLG	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
505/XIV/1.ª (PSD)	Alarga o voto antecipado aos eleitores que se encontrem em confinamento obrigatório no âmbito de uma situação de grave risco para a saúde pública, procedendo à vigésima segunda alteração à Lei Eleitoral do Presidente da República, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, à décima sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, aprovada pela Lei n.º 14/79, de 16 de maio, à décima alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição para os titulares dos órgãos das autarquias locais, à sétima alteração à Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril (Lei Orgânica do regime do referendo), à primeira alteração ao Regime jurídico do referendo regional na Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2015, de 12 de fevereiro, e à quarta alteração ao Regime jurídico do referendo local, aprovado pela Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto	Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

Não existindo projetos de voto a anunciar, prosseguiram os trabalhos com o terceiro ponto da ordem do dia, tendo sido designado relator o Senhor Deputado António Filipe (PCP) para elaboração de parecer, a solicitação do Presidente da Assembleia da República, sobre a constitucionalidade do Projeto de Resolução n.º [625/XIV/1.ª \(CH\)](#) - Pela realização de um Referendo para a redução do número de Deputados à Assembleia da República - Despacho n.º 55/XIV.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) solicitou o adiamento, para a reunião seguinte, da discussão e votação do parecer de que era relator, relativamente à constitucionalidade do [Projeto de Lei n.º 481/XIV/1.ª \(CH\)](#) - Estabelece um número máximo de Ministros no Governo da República, por ter que se ausentar para comparecer na Conferência de Líderes.

Procedeu-se, então, à apreciação do parecer sobre constitucionalidade, solicitado pelo Presidente da Assembleia da República, relativamente ao [Projeto de Lei n.º 482/XIV/1.ª](#)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 2.^a SL

(CH) - Circunscreve o exercício dos cargos de Primeiro-Ministro, Ministros e Secretários de Estado, apenas a indivíduos portadores de nacionalidade portuguesa originária em equiparação ao que acontece para a função presidencial. Após a apresentação do parecer, pela respetiva relatora, Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD), teve início o debate, tendo usado da palavra os seguintes Senhores Deputados:

- a Senhora Deputada Cláudia Santos (PS), que agradeceu à relatora o parecer elaborado e declarou que o Grupo Parlamentar do PS concordava com o seu teor, apontando a clareza das conclusões;

- o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), que cumprimentou a relatora pelo parecer apresentado, manifestando a concordância do seu Grupo Parlamentar com o mesmo, por entender que se tratava de uma inconstitucionalidade grosseira. Lamentou a ausência do proponente do projeto de lei por assim não participar no juízo de constitucionalidade e na discussão do seu teor (quanto a este ponto foi apresentada uma declaração de voto, a qual se anexa à presente ata);

- o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que manifestou a sua concordância com o parecer, salientando que considerava irremediável a inconstitucionalidade do projeto de lei em causa;

- a Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc), que agradeceu o parecer sobre mais uma iniciativa inconstitucional, o que constatou ser já habitual, lamentando o facto de esse procedimento retirar tempo e espaço a outras discussões e indagando se não existiria outra forma de obstar à entrada desse tipo as iniciativas;

- o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), que expôs o seu entendimento de que a iniciativa era suscetível de ser discutida, notando, contudo, que se o que se pretendia era a restrição de direitos, liberdades e garantias, então a via adequada era a da revisão constitucional. Considerou, por último, que a iniciativa em causa era contra a lógica da identidade deste País e Nação; e

- o Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes (PSD), que congratulou a clarividência e abrangência do parecer, notando que a iniciativa em si levantava uma

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 2.^a SL

outra questão: uma vez que a nomeação do Primeiro-Ministro era uma competência pessoal do Presidente da República, e implicando a iniciativa uma restrição a uma competência do Presidente da República, essa restrição implicaria uma revisão constitucional.

No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do Deputado único representante do CH.

No quinto ponto, procedeu-se à fixação da [redação final](#), nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, do texto que «Autoriza o Governo a aprovar um regime especial aplicável à expropriação e à constituição de servidões administrativas» [[Proposta de Lei n.º 52/XIV/1.ª GOV](#)], tendo sido acolhidas as sugestões constantes da Informação n.º 69/DAPLEN/2020, de 22 de setembro, com a exceção da seguinte: no n.º 1 d artigo 2.º, deve manter-se a redação do segundo segmento, tal como foi aprovada em Plenário, passando a constar: «A *autorização legislativa é concedida com o sentido de permitir tornar mais ágeis os procedimentos de expropriação e de constituição de servidões administrativas para a execução da intervenções previstas no artigo anterior*».

No sexto ponto, teve início a discussão conjunta dos Projetos de Voto n.ºs [298/XIV/1.ª \(PSD\)](#) - Voto de pesar pela morte de Bruno Candé Marques; [300/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Voto de pesar pelo falecimento de Bruno Candé Marques; [301/XIV/1.ª \(Ninsc JKM\)](#) - Voto de pesar pela morte de Bruno Candé Marques, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia da República, tendo usado da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Mónica Quintela e Emília Cerqueira (PSD), Beatriz Gomes Dias (BE), Joacine Katar Moreira (Ninsc), António Filipe (PCP) e Romualda Fernandes (PS).

No final, procedeu-se à votação, em separado, dos três Projetos de Voto, de que resultou o seguinte:

- Projeto de Voto n.º 298/XIV/1.ª (PSD) - aprovado por unanimidade, nas ausências do CDS-PP, do PAN e do Deputado único representante do CH.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 2.ª SL

- Projeto de Voto n.º 300/XIV/1.ª (BE) – aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PSD.

- Projeto de Voto n.º 301/XIV/1.ª (Ninsc JKM) – aprovado, com os votos a favor do PS, do BE, do PCP e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PSD.

O Senhor Presidente aproveitou o momento para recordar às Senhoras e Senhores Deputados que, nos termos do Regimento, os votos têm de ser de um só tipo.

No sétimo ponto da ordem de trabalhos, teve lugar a discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Ministra da Justiça sobre a recente nomeação do magistrado do Ministério Público Dr. José Guerra para o cargo de Procurador Europeu de Portugal, o qual foi apresentado pela Senhor Deputada Mónica Quintela (PSD), tendo a Senhora Deputada Cláudia Santos (PS) usado da palavra para informar que o seu Grupo Parlamentar votaria favoravelmente o requerimento por entender ser da mais elementar justiça que se ouça a Senhora Ministra da Justiça sobre este tema.

No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e do Deputado único representante do CH.

Os trabalhos prosseguiram com a admissão e distribuição da [Petição n.º 120/XIV/1.ª](#) - «Defesa dos direitos das crianças», tendo sido designada relatora a Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD).

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação e votação do Relatório de Atividades da 1.ª Sessão Legislativa da Comissão, o qual foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e do Deputado único representante do CH.

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente solicitou aos membros da Comissão que indicassem quem iria integrar a delegação para realização da visita de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 2/XIV/ 2.^a SL

trabalho ao Espaço Equiparado a Centro de instalação temporária do Aeroporto de Lisboa, que ocorreria no dia 6 de outubro, pelas 15 horas.

Deu conta, ainda, de que tinham sido comunicadas as dadas fixadas para as audições regimentais dos Ministros, ao abrigo do n.º 5 do artigo 104.º do RAR, e transmitiu à Comissão o convite que foi recebido da parte da Ordem dos Farmacêuticos para participação numa Sessão Solene, questionando as Senhoras e Senhores Deputados se teriam interesse e disponibilidade para comparecer.

Por fim, a Senhora Deputada Mónica Quintela solicitou a palavra para transmitir que existiam várias entidades cujos contributos escritos o Grupo Parlamentar do PSD gostaria de obter relativamente à Proposta de Lei n.º 53/XIV/1.^a (GOV) - [Cria o processo extraordinário de viabilização de empresas](#), tendo o Senhor Presidente afirmado que a discussão da iniciativa ocorreria na próxima reunião, independentemente da receção dos contributos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de setembro de 2020.

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 2/XIV/ 2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima
António Filipe
Artur Soveral Andrade
Cláudia Santos
Inês de Sousa Real
Isabel Alves Moreira
Isabel Rodrigues
Jocine Katar Moreira
Joana Sá Pereira
José Magalhães
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Mónica Quintela
Pedro Rodrigues
Rita Borges Madeira
Romualda Fernandes
Sandra Cunha
Sandra Pereira
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Beatriz Gomes Dias
Carlos Peixoto
Catarina Rocha Ferreira
Duarte Marques
Emília Cerqueira
Jorge Lacão
José Cancela Moura
Lina Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Neves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura
Elza Pais
Pedro Delgado Alves